

## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NISA



### RELATÓRIO I - ENQUADRAMENTO

---

JULHO 2013

## **Equipa Técnica**

---

▪ Gabinete de Ordenamento Do Território (GOT)

**Coordenadora dos Trabalhos:** Maria José Catela

**Técnica:** Maria João Alexandre

## Índice

1	Introdução .....	2
2	Enquadramento do Processo de Revisão .....	4
2.1	Fundamentos para a revisão .....	4
2.2	Bases conceptuais e metodologia da revisão do PDM .....	6
2.3	Avaliação do atual PDM .....	11
3	Enquadramento Geográfico .....	30
4	Enquadramento Estratégico .....	32
4.1	À escala nacional e regional .....	32
4.2	Estratégia de Desenvolvimento Concelhio .....	36
5	Estudos externos .....	39

## 1 Introdução

As grandes e profundas mudanças globais que ocorrem na sociedade, desde as mais positivas como o avanço das novas tecnologias, às mais negativas como as alterações climáticas e outros problemas ambientais que põem em risco o equilíbrio natural do planeta, vão incutindo uma maior sensibilização e direcção para acções ligadas à valorização e protecção dos recursos ambientais. Novas reflexões colocam em destaque a importância da qualidade de vida das comunidades, e dá-se maior ênfase ao conceito de sustentabilidade que, mais do que um objectivo a alcançar, torna-se nos dias de hoje, um imperativo.

O desenvolvimento sustentável de um concelho requer a racionalização entre as necessidades e as disponibilidades, de forma a garantir um processo contínuo, integrado e dinâmico. Considera-se que a sustentabilidade é um desafio implícito ao Ordenamento e Planeamento do Território.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, p.9 e 10), diz que o ordenamento do território *“é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. (...) É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. (...)”*

O ordenamento do território acaba por ser visto como uma política pública já que é essencialmente uma tarefa do Estado e de outros poderes públicos, destinada a coordenar a actividade administrativa, a aplicar as diversas políticas sectoriais, a obter o equilíbrio regional e a protecção do ambiente. Nesta perspectiva, o ordenamento do território consiste no estabelecimento de normas de carácter programático, com um conteúdo de mera coordenação e orientação das acções a executar aos níveis nacional e regional.

Ainda na Carta Europeia do Ordenamento do Território, refere-se que o ordenamento do território deve ser *Democrático, Integrado, Funcional e Prospectivo*, com objectivos fundamentais como:

- o desenvolvimento socio-económico equilibrado das regiões;
- a melhoria da qualidade de vida;
- a utilização racional do território;
- a implementação dos objectivos do ordenamento do território;
- a coordenação entre os diferentes sectores;
- a coordenação e cooperação entre os diversos níveis de decisão e obtenção de recursos financeiros;
- a participação das populações.

É neste enquadramento que devem ser desenvolvidos todos os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente os PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) à escala local, dos quais fazem parte os PDM (Plano Director Municipal). Este, segundo o DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, *“estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal”*. Além de integrar orientações e medidas de Planos hierarquicamente superiores ainda serve de referência a outros PMOT, a programas de acção territorial e a intervenções sectoriais da administração do Estado no território do município.

A elaboração da revisão do PDM do Concelho de Nisa constitui por si só o reflexo da preocupação autárquica no crescimento sustentável do concelho, enquanto resposta aos novos desafios que se vão colocando. Pode dizer-se que enquanto instrumento de planeamento municipal integrado, no âmbito de intervenção estratégica e ainda como definidor das grandes linhas orientadoras de desenvolvimento a médio/ longo prazo para o território, assenta em 2 grandes pressupostos:

- componentes de acção - política, processual e técnica – cuja interacção é fundamental para um desenvolvimento equilibrado do processo de planeamento;
- níveis do planeamento - o ambiental, o estratégico e o territorial.

O **Aviso n.º 2119/2003 (2.ª série)**, publicado em 20 de Março de 2003, tornou público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro,

que em reunião ordinária da Câmara Municipal de Nisa, realizada no dia 5 de Fevereiro de 2003, foi deliberado dar início aos trabalhos de revisão do Plano Director Municipal, previstos decorrerem até final de 2004.

No entanto, a vaga de incêndios que se fez sentir no concelho no Verão de 2003, veio alterar consideravelmente a dinâmica territorial. Tornou-se evidente a necessidade de se proceder ao balanço da implicação desta a nível do ordenamento e desenvolvimento do concelho e de redefinir estratégias de actuação sobre o território.

Decorreram, entre outros, trabalhos para a execução das Condições Estruturais e Linhas de Orientação Estratégica de Desenvolvimento Municipal, uma consultoria da Universidade do Porto, e trabalhos no âmbito da elaboração da Agenda 21 Local. Foi também dada especial atenção ao acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento de nível superior.

## **2 Enquadramento do Processo de Revisão**

### **2.1 Fundamentos para a revisão**

Os primeiros PDM foram desenvolvidos num contexto técnico e de ordenamento que nada tem a ver com os dias de hoje. A informação de base, estudos e cartografia, foi desenvolvida sem o suporte digital que actualmente caracteriza os serviços, e o conceito do ordenamento do território bem como todo o processo metodológico dos PDM, assentava em si próprio, ainda sem a existência dos planos hierarquicamente superiores.

No entanto a experiência adquirida com a elaboração e implementação dos vários instrumentos de gestão territorial permitem, actualmente, pensar num novo ciclo para o sistema de planeamento e gestão do território, agora alicerçado no recente enquadramento legal e institucional que corresponde a um processo de avaliação e de ajustamentos, no sentido contrário ao da abordagem até então que ocorria e estava pensado “de baixo para cima”.

Por estas razões e dadas as mudanças significativas a que o território se encontra sujeito bem como as alterações do quadro regulamentar e legal que tiveram lugar nos últimos anos,

torna-se imperativo proceder a nova avaliação dos problemas existentes e a uma caracterização mais precisa da realidade local e das dinâmicas que lhe estão associadas.

Face ao exposto a Câmara Municipal de Nisa delibera dar início á revisão do PDM desenvolvendo um relatório de fundamentação, que serviu de base para a abertura do processo, tendo em vista vários aspectos que indiciam a necessidade de:

- 1- Aprofundar o conhecimento do território, actualizando os estudos com base nos dados dos últimos censos e de análises e informações, necessariamente mais abundantes e rigorosas em função dos meios agora disponíveis;
- 2- Aplicar cartografia digital actualizada que permita a implementação do Plano em ambiente SIG (Sistemas de Informação Geográfica);
- 3- Resolver situações de conflito, alguns erros ou omissões, detectados com a avaliação do processo de desenvolvimento e implementação das propostas, referido no ponto anterior, e aplicação do regulamento do ainda actual PDM.

As questões relacionadas com a gestão dos perímetros urbanos, construção fora dos perímetros e gestão de actividades em áreas de REN foram as que suscitaram maiores conflitos. Na realidade, a elaboração dos perímetros urbanos teve como base cartografia muito imperfeita, o que provocou falta de rigor na sua marcação e, por conseguinte, dificuldade na gestão do espaço urbano.

As operações urbanísticas fora dos perímetros, independentemente do seu tipo (casas de habitação ou pequenas construções de apoio ás actividades agrícolas, por exemplo) têm a nível de regulamento, Capitulo **“Povoamento Disperso”**, o mesmo tratamento. Esta situação tem incentivado a construção ilegal dificultando a gestão do território e de alguma forma o controlo de qualidade do mesmo;

- 4- Reportar para o plano as indicações resultantes de estudos, projectos e planos de âmbito municipal ou intermunicipal efectuados, podendo-se desde já apontar, a título de exemplo, a carta educativa, o plano de acção rural e o geoparque, que entre outros aspectos enquadra a expectativa de ter as Portas de Ródão como monumento natural e o Conhal como monumento de interesse público;
- 5- Aplicar nesta revisão as alterações legais e regulamentares, com implicância no ordenamento do território, que ocorreram após a entrada em vigor do actual PDM;

- 6- Transpor para o plano, as orientações estratégicas dadas pelos instrumento de planeamento de nível regional e nacional, que ocorreram após a sua entrada em vigor;
- 7- Redefinição da REN e da RAN, de acordo com novas metodologias e realidades territoriais.

É então objectivo de base que com esta revisão o município tenha ao seu dispor um instrumento estratégico eficiente, operacional e agilizador da gestão urbanística que vá de encontro às tendências e oportunidades actuais, e que vá colmatar ou clarificar situações sem enquadramento no actual PDM.

## 2.2 Bases conceptuais e metodologia da revisão do PDM

Na base conceptual da revisão do PDM, assenta sobretudo a ideia de Desenvolvimento, conceito inicialmente com fortes características políticas e dinâmicas, que evoluiu nas últimas décadas com o aumento dos conhecimentos científicos, continuando porém, a ter como objectivo central a geração de riqueza. Hoje em dia a ideia de **Desenvolvimento Sustentável**, representa o aperfeiçoamento máximo a que chegou o conceito de Desenvolvimento, sendo por isso, introduzido pela Comunidade Europeia, como principal desafio em programas de acção ambiental.

Encontram-se neste conceito de Desenvolvimento Sustentável, preocupações a nível do espaço, dos recursos, do ambiente, da inovação e da poluição, entre outras, por razões de sobrevivência a longo prazo. É uma ideia cada vez mais assente nas preocupações de muitos decisores políticos, a par dos conceitos de crescimento e de eficácia económica.

Contudo, desenvolver o presente e assegurar as condições de qualidade de vida do futuro pressupõe um **Planeamento Integrado**, tendo em conta que o futuro não pode ser previsto mas apenas planeado.

O planeamento consiste na recolha e tratamento da informação correspondente ao passado e presente, procurando a identificação das principais tendências de mudança, com vista à preparação do futuro. Um plano significa inventariar e tomar consciência do que existe e do que falta realizar, desenvolvendo ao mesmo tempo uma clarificação dos desejos, aspirações



e objectivos, pelo que é importante que o planeamento e organização do espaço não se processe de forma isolada, por sector, é fundamental desenvolver uma ideia de Planeamento Integrado que considere objectivos múltiplos.

O planeamento deve sempre ser participado e descentralizado, promovendo uma **Ação Participativa**, com a total envolvimento das entidades locais e regionais no processo de desenvolvimento. Actualmente, a participação já é uma questão jurídica de direito e dever, de compensações, de garantias e liberdades que estão definidas nas estruturas jurídicas fundamentais. Desta forma, pode pensar-se que apenas com uma participação activa a todos os níveis institucionais, e mesmo individual, poderá legitimar o exercício do planeamento.

O **Planeamento como Processo Contínuo**, é um outro conceito fundamental a ter em linha de conta, e amplamente considerado na revisão do PDM de Nisa. Basicamente, esse carácter contínuo está implícito na utilização dos meios mais apropriados para controlar e acompanhar o seu próprio funcionamento, na obtenção da informação necessária à avaliação dos efeitos produzidos e em todos os aspectos da sua monitorização.

Para o melhor desenvolvimento de toda a envolvente ao processo de planeamento, têm grande contributo as novas tecnologias. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de um **Sistema de Informação Geográfica (SIG)** é crucial para uma contínua actualização da informação, à medida que a realidade do espaço evolui e se altera. Permite a criação de projecções alternativas ou simulações do estado desse espaço face aos vários cenários perspectivados, do que pode resultar uma avaliação da qualidade das políticas e dos instrumentos utilizados. Este sistema associado à monitorização do PDM, no já referido processo contínuo de planeamento, pode ser um importante contributo, combinando novas tecnologias computacionais para dar suporte às análises territoriais e ao processo de tomada de decisão.

A metodologia de elaboração deve assentar no entendimento do ordenamento do território como uma ferramenta que exige novas formas de acção, com base numa abordagem actualizada, inovadora e dinâmica que permita um planeamento flexível, coerente e sustentável. Na prática, pretende-se estabelecer directrizes específicas baseadas numa metodologia de Planeamento Estratégico de carácter prospectivo, que contribua para a melhoria da performance no desenvolvimento sustentado dos PMOT.

A metodologia adoptada assenta basicamente em cinco etapas:

I – Tomada de decisão da revisão - Face ao exposto no ponto 3 deste documento, e à reflexão e avaliação da actuação do PDM vigente de onde se depreendem alguns problemas e desajustes que justificam a sua revisão, foi feita uma avaliação da execução do PDM vigente que deve incidir sobre o sistema (que é o território concelhio), o plano e a sua aderência ao território. A tomada de decisão de revisão do PDM só se torna pública e legal aquando da deliberação camarária e do já referido Aviso n.º 2119/2003 (2.ª série), publicado a 20 de Março de 2003;

II – Definição da equipa - a revisão do plano foi executada internamente e sempre que a especificidade das matérias o exigiram, recorreu-se á elaboração de trabalhos no exterior. No entanto todo o trabalho inerente a esta revisão esteve a cargo de uma **Equipa Técnica** – grupo de trabalho com técnicos na área do planeamento e SIG, que procedeu á organização, e elaboração de alguns trabalhos e tratamento informático de todo o processo de revisão, tendo em conta a sua implementação em SIG; e uma **Equipa Base** – com elementos dos vários serviços da câmara, que desenvolveram trabalhos e/ou forneceram dados na sua área, com a finalidade de fazer a caracterização ou actualização de elementos no âmbito das matérias referentes ao conteúdo material do plano;

III – Caracterização e estudo do território – Fase importante e básica dos trabalhos que dá a conhecer o desenvolvimento físico, económico, social e demográfico da situação actual, estabelecendo deste modo o marco de referência e o suporte da análise dos problemas endógenos e exógenos. Diagnosticaram-se ainda os principais elementos da oferta municipal, entre os quais se destacam os recursos naturais, os recursos humanos, as actividades produtivas, as comunicações, a qualidade de vida e o apoio público. Outro dos aspectos fundamentais diz respeito à análise das sugestões/ observações por parte dos munícipes procedendo-se ao seu tratamento a nível do registo e da sistematização da informação, visando o seu contributo para o processo de decisão;

IV – Diagnóstico – nesta etapa a análise assenta num quadro de definição das potencialidades/debilidades do concelho, avançando-se já com algumas orientações para a estratégia de acção;

V – Quadro de desenvolvimento – é definida a estratégia de desenvolvimento concelhio e o programa base de intervenção, que estabelece um modelo de evolução estratégica, no sentido de definir uma visão estratégica mobilizadora para o concelho, tendo obviamente como referência principal o posicionamento do concelho face à estratégia equacionada nos

Planos de Hierarquia Superior. É feita uma reflexão estratégica sobre o território que visa definir linhas de orientação futuras para a redefinição do modelo de estrutura espacial.

De referir ainda outros organismos importantes na revisão do PDM:

**Coordenação e Organização** - a coordenação e organização dos trabalhos esteve sediada no Gabinete de Planeamento, actual Gabinete de Planeamento e Ordenamento do Território. O acompanhamento dos trabalhos executados externamente foi competência do mesmo gabinete e de outros Serviços definidos;

**Comissão Interna** – representada pelo eleito responsável, os responsáveis pelos serviços, a equipa técnica no sentido de apreciar documentos de trabalho, fazer propostas, garantir a flexibilidade e complementaridade dos vários estudos;

**Comissão de Acompanhamento** - ao abrigo do Decreto-lei nº 316/2007 de 19 de Setembro foi feita a conversão da CMC em Comissão de Acompanhamento, integrando técnicos provenientes de serviços da administração directa ou indirecta do Estado, do município e de outras entidades públicas cuja participação seja aconselhável no âmbito do plano. A sua composição é a seguinte:

- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Instituto Geográfico Português;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP;
- Administração de Região Hidrográfica do Alentejo e Administração de Região Hidrográfica do Vale do Tejo, IP;
- Direcção -Geral de Energia e Geologia;
- Direcção Regional da Economia;
- Turismo de Portugal, IP;
- Direcção -Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção -Geral dos Recursos Florestais;
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas;
- EP — Estradas de Portugal, EPE;
- Administração Regional de Saúde;
- Direcção Regional de Cultura;
- Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- Câmara Municipal de Crato;
- Câmara Municipal de Castelo de Vide;

- Câmara Municipal de Marvão;
- Um representante da Assembleia Municipal do município de Nisa.

**Participação Pública** - este processo de revisão foi participado ao longo de toda a sua vigência, o responsável pela coordenação e organização dos trabalhos tinha a função de informar os munícipes e receber as sugestões que foram chegando pelas vias normais, tendo para o efeito criado no site da Câmara um link dedicado a revisão do PDM, com informação actualizada e possibilidade de receber notas/opiniões dos visitantes.

A cartografia de base a adoptada na revisão do PDM, corresponde à Série Cartográfica Nacional (SCN10K), escala 1/10.000, com a especificidade de ser multicodificada e produzida em ambiente CAD, tendo sido necessário todo um trabalho de adaptação para ambiente SIG. A opção por essa cartografia prendeu-se com o facto de ser a mais recente e completa a nível concelhio, e por ser uma escala de maior pormenor e rigor que a 1/25.000 do PDM anterior.

O processo de adaptação da cartografia multicodificada ao ambiente SIG, tendo em conta a utilização dos softwares MicroStation, ngXis e ArcView, consistiu nas seguintes etapas:

- individualização dos elementos geográficos com diferentes tipos de geometria (linhas, pontos e polígonos);
- tratamento de alguma geometria - replicação dos elementos lineares e criação dos polígonos;
- transformação do tipo de “linkagem”, de “user data linkage” para ODBC, em todos os ficheiros com os diferentes tipos de geometria;
- criação do catálogo de objectos básico;
- integração da cartografia no software SIG e correspondência com a codificação do catálogo de objectos básico.

A abordagem aos perímetros urbanos desenvolveu-se com cartografia à escala 1/2.000 (SCN 2K), com as mesmas características da 1/10.000, requerendo o mesmo tratamento para o desenvolvimento dos trabalhos em ambiente SIG, contando-se ainda com a adaptação a esta cartografia do estudo dos perímetros urbanos, trabalhado externamente e a diferente escala.

Por fim há a referir o conteúdo documental do plano, que Considerando o exposto no Atº 86º do Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de fevereiro (última alteração e republicação do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de setembro) o novo PDM terá como elementos constituintes:

- Regulamento
- Planta de Ordenamento
- Planta de Condicionantes

E como elementos de acompanhamento:

- Planta de Enquadramento;
- Estudos de Caracterização do Território Municipal;
- Relatório de Ordenamento;
- Relatório Ambiental;
- Programa de Execução;
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal;
- Planta da Situação Existente, com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano;
- Relatório e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração de câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.

## **2.3 Avaliação do atual PDM**

Faz-se, para cada aglomerado, a compilação e agregação dos objectivos das acções que dependem, maioritariamente, do Município no âmbito das suas atribuições e competências e, através do contacto directo com os responsáveis dos serviços, identifica-se o grau de concretização dos objectivos e metas listados, bem como o seu enquadramento nas Linhas Estratégicas de Desenvolvimento do Município de Nisa.

Da análise dos seguintes quadros podemos verificar que a grande maioria das acções estão concluídas ou parcialmente concluídas. De referir que, no que se concerne às acções abandonadas estas dizem respeito sobretudo às do saneamento básico e abastecimento de água. Tal facto deve-se á passagem da gestão das mesmas para a empresa Águas do Norte Alentejano.

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO													
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM INÍCIO	NÃO INICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª. Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª. Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª. Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª. Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado				
Alpalhão	• Criação de um programa de habitação social;																				
	• Venda de lotes infraestruturados a preços controlados;																				
	• Apoiar a criação de infraestruturas de apoio à terceira idade (construção do Lar da Terceira Idade);																				
	• Melhoramento da rede de equipamentos colectivos																				
	• Procura de novas fontes de captação de água potável;																				
	• Revisão da melhoria do sistema de tratamento de água, incluindo a preservação e vedação das captações;																				
	• Revisão da rede de distribuição e da conduta adutora para o reservatório;																				
	• Conclusão do processo da ETAR de Alpalhão;																				
	• Conclusão do troço do IP2 que contorna a Vila;																				
	• EN 246 – Beneficiação e regularização do traçado, tendo em vista a ligação a Castelo de Vide e a Espanha;																				
	• CM 1176 – Construção de dois troços com características distintas: De Alpalhão às pedreiras, para transportes pesados; Das pedreiras a Arez, para transportes ligeiros;																				
	• Criação do refeitório escolar (recuperação da parte central das escolas velhas);																				
	• Arranjo do Largo da Devesa;																				
	• Melhoramento do pavimento das ruas;																				
	• Implementação da recolha selectiva do lixo;																				
	• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo de contentores;																				
	• Construção de abrigos para passageiros (paragens de transportes públicos);																				
	• Manutenção de espaços verdes existentes e criação de novos, com plantação de árvores jovens;																				
	• Dinamização da campanha de caiação e embelezamento;																				
	• Dinamização do programa de apoio à auto-construção;																				
• Aumento e melhoria da rede de iluminação pública;																					
• Estabelecer formas de protecção do património construído;																					
• Promover o esclarecimento sobre métodos / técnicas de recuperação de edifícios;																					
• Conclusão do Plano de Pormenor do Monte Filipe;																					
• Densificar o Centro Urbano da Vila;																					
• Remodelação dos edifícios escolares																					
• Elaboração do Plano de Acção Local																					

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO												
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNICIO	NÃO ÍNICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado			
Amieira do Tejo	• Revitalização do castelo de Amieira;																			
	• Perspectiva de classificação e recuperação do núcleo histórico e antigo;																			
	• Implementação da Pousada de Juventude (recuperação da antiga Escola Primária, ou junto ao Rio Tejo);																			
	• Conclusão das obras da "Casa do Balcão";																			
	• Recuperação da Sociedade educativa Amieirense;																			
	• Construção do "Parque de Merendas" junto ao Rio Tejo e melhoria do acesso ao rio (reconstrução do cais);																			
	• Iluminação do castelo e arranjo do largo fronteiro ao mesmo;																			
	• CM 1156 – Beneficiação desde a Em 528 até à EN 359 (integra o Circuito Turístico proposto. Materializa a ligação entre Amieira do Tejo e o complexo Turístico do Fratel);																			
	• EM 528 – Rectificação do traçado desde o cruzamento com o IP2 até Amieira do Tejo, por razões de índole turística na freguesia;																			
	• EN 359 – Rectificação do traçado de Amieira do Tejo até ao Rio Tejo (desenvolvimento turístico do rio);																			
	• Elaboração de um estudo para tratamento adequado da água;																			
	• Reconversão da rede de distribuição pública de água;																			
	• Melhoramento do escoamento das águas pluviais;																			
	• Elaboração de um estudo para a renovação da rede de esgotos;																			
	• Arranjo e melhoramento do pavimento das ruas;																			
	• Arranjo de caminho agrícolas existentes e construção de novos;																			
	• Melhoria da iluminação pública e aumento da rede																			
	• Melhoria das condições da população idosa (Centro de Dia);																			
	• Implementação da recolha selectiva de lixo;																			
	• Construção de plataforma para lavagem de contentores;																			
• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo do número de contentores;																				
• Promover o esclarecimento sobre métodos / técnicas de recuperação de edifícios, reforçando o "espírito" do espaço urbano (núcleo antigo);																				
• Implementação de espaços verdes;																				
• Projecto global de sinalização turística do concelho, por localidade, tendo em vista a divulgação do turismo de forma integrada;																				
• Elaboração do Plano de Acção Local																				
• Melhoramento das infraestruturas;																				
Albarrol e Vila Flor	• Eventual recuperação das ruínas da construção existente pertencente ao antigo Priorado do Crato ( Construção da capela) e da Ponte Romana da Ribeira do Figueiró, sem que implique uma influência na manutenção do aglomerado, já que a tendência será estender estas duas acções a outras a desenvolver na freguesia de Amieira do Tejo;																			
	• Estudo e divulgação dos valores arquitectónicos construídos e urbanos																			



AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO											
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM INÍCIO	NÃO INICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª- Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado		
Arez	• Apoio à construção do redondel taurino;	■																	
	• Melhoria da rede de iluminação pública;																		
	• Melhoria e electrificação de caminhos agrícolas;																		
	• Conservação e melhoria da sinalização da rede viária;																		
	• Recuperação do património religioso;																		
	• EM 546 – Passagem a Caminho Municipal, dando-lhe as características correspondentes (obras de arte por cima da Ribeira do Figueiró);																		
	• EN 364 – Revisão do traçado actual dentro da povoação de Arez;																		
	• Elaboração do projecto e construção da Estação de Tratamento de Águas;																		
	• Estudo para novas fontes de captação de água potável para abastecimento público;																		
	• Estudo para melhorar o funcionamento do sistema de esgotos no aglomerado, nomeadamente a revisão do funcionamento dos filtros da fossa séptica;	■																	
	• Implementação da recolha selectiva de lixo;																		
	• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo de contentores;																		
	• Construção de plataforma de lavagem de contentores;																		
	• Beneficiação da escola																		
• Requalificação de espaços exteriores e pavimentação de ruas																			

ER		FASE DA ACÇÃO	LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO
----	--	---------------	--

OBJECTIVO / ACÇÃO							1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª. Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª. Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª - Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª. Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª. Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª - Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª - Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª - Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado
	CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNÍCIO	NÃO ÍNÍCIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO										
<b>Nisa</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão e implementação da Casa da Cultura / Biblioteca Municipal;</li> <li>• Conclusão das obras de recuperação e implementação do Cine-Teatro;</li> <li>• Apoiar a criação de áreas de protec. a monum. nacionais, imóveis classificados, Centro histórico e outros de interesse concelhio;</li> <li>• Recuperação e ampliação do Complexo Escolar do Convento</li> <li>• Recuperação da Ponte Romana de Nossa Senhora da Graça;</li> <li>• Executar projectos de arranjo paisagístico do Complexo Arqueológico e Religioso de S. Gens;</li> <li>• Intensificar a revitalização do Centro Histórico</li> <li>• Criação de uma sala de exposições (museus) no centro histórico (recuperação de edifícios propriedade do Município);</li> <li>• Beneficiação do cemitério de Nisa;</li> <li>• Apoio à recuperação de equipamentos do centro de Saúde</li> <li>• Criação de um Centro de convívio para idosos;</li> <li>• Manutenção dos espaços verdes existentes, criação de novos e plantação de árvores;</li> <li>• Elaboração de um projecto global de sinalização turística e património cultural do concelho;</li> <li>• Criação de incentivos à recuperação de imóveis e à fixação da população</li> <li>• Elaboração do projecto e construção de um Pavilhão Gimnodesportivo ;</li> <li>• Transferir e implementar o novo recinto de feiras e mercados (proposta do P.U.);</li> <li>• Construção e implementação da nova Central de Camionagem de Nisa (proposta P.U.)</li> <li>• Elaboração do projecto, construção e implementação da Piscina Municipal (tanque de aprendizagem) e Campo de Ténis;</li> <li>• Beneficiação, construção e implementação do projecto Termal das Termas da Fadagosa (S. Gens);</li> <li>• Aprovar a construção de infraestruturas turísticas (Restauração, número de camas, etc.);</li> <li>• Construção e implementação do Projecto Turístico do Rio Tejo e Sever;</li> <li>• Apoio à construção do Complexo Desportivo do Sport Nisa e Benfica;</li> <li>• Conclusão do projecto de construção do Polidesportivo da Cevadeira;</li> <li>• Continuação da política de venda de lotes de terreno infraestruturados a preços controlados; Criação de habitação social</li> <li>• Execução de Plano de Pormenor do Centro Histórico</li> <li>• Dinamizar o programa de apoio à auto-construção e campanha de caiação e embelezamento;</li> <li>• Intensificar os arranjos urbanísticos;</li> <li>• Concluir as Urbanizações da Fonte Nova e da Cevadeira Amoreiras;</li> <li>• Reforço e melhorias na rede de distribuição eléctrica do Concelho (implementação de novo PT em Nisa);</li> <li>• Reforço e melhoria da rede de iluminação pública;</li> <li>• Conclusão das obras de infraestruturas na Zona de Actividades Económicas;</li> <li>• Elaboração do Plano de Pormenor da Zona da Devesa e avenida D. Dinis;</li> <li>• Elaboração de um Plano de trabalhos para pavimentação e calçetamento de ruas e passeios;</li> <li>• EN 18 – Revisão do troço sobre a "Ponte da Légua";</li> <li>• EN 18 – Revisão pontual do traçado em planta até ao entroncamento com o IP2, com melhoria da pavimentação;</li> <li>• EM 526 – Requer estudo de pormenor, tendo em vista as condições de segurança (integra o circuito turístico que liga Pé da Serra, Salavessa, Portas de Rodão, Santana, Velada, Chão-da-Velha, Monte Claro, Fratel, Amieira do Tejo e Barca da Amieira);</li> <li>• EN 359 – Nisa e Montalvão; possível alteração do traçado na zona do urânio (Nisa e Monte Claro), circuito turístico proposto;</li> <li>• EM – Nisa / Barragem de Póvoa e Meadas (pelo "Patalou") / conclusão das obras;</li> <li>• CM 529 – Beneficiação entre Nisa e proximidades de Tolosa;</li> <li>• Calendarização da execução da remodelação da rede distribuidora de água de Nisa;</li> <li>• Realização de certames de promoção das actividades económicas, artesanais e culturais</li> <li>• Estudo para optimização da qualidade de água proveniente da Barragem do Poio;</li> <li>• Reforço e automatização do reservatório elevado de distribuição;</li> <li>• O aumento das capitações poderá obrigar à ampliação da estação de Tratamento de Águas (E.T.A.);</li> <li>• Elaboração de um estudo sobre a rede de esgotos, com o objectivo de modificar o sistema unitário para sistema separativo;</li> <li>• Conclusão do projecto e posterior execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais (E.T.A.R.), por lagunagem e consequentes estações de bombagem;</li> <li>• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo de contentores;</li> <li>• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixo;</li> <li>• Construção de plataformas de lavagem de contentores;</li> <li>• Aquisição de contentores e restante equipamento necessário para i implemento da recolha de entulhos provenientes de obras de construção civil, lixos industriais e oficinas mecânicas.</li> </ul>																

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO														
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM INÍCIO	NÃO INICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado					
Montalvão	• Construção do Parque de Merendas na Srª. Dos Remédios;	■																				
	• Apoio à recuperação da Praça de Touros;	■																				
	• Elaboração do projecto e apoio à construção do Lar de Terceira Idade;	■																				
	• Conclusão do CM 1139 – Montalvão / Rio Tejo (Cedillo);	■																				
	• Remodelação da rede de esgotos e construção da E.T.A.R. para a 2ª bacia;	■																				
	• Remodelação da rede de abastecimento de água e conclusão da substituição da conduta adutora proveniente de Póvoa e Meadas;					■																
	• Elaboração de um plano de procura de novas fontes de abastecimento de água (barragem na Ribeira de Fivelo) que poderá abastecer, também, Salavessa e Pé da Serra;						■															
	• Reforço e melhoria na rede de iluminação pública;	■																				
	• Elaboração de um plano de pavimentação de ruas e passeios;	■																				
	• Recuperação e revitalização do património cultural (Igreja Matriz, Castelo, etc.);		■																			
	• Recuperação, e marcação no terreno, do património arqueológico existente na zona de Montalvão;			■																		
	• Elaboração de um projecto de sinalização turística e património construído e arqueológico da freguesia;				■																	
	• Elaboração da Carta Arqueológica da Freguesia;			■																		
	• Melhoria da acessibilidade e dos transportes públicos (Montalvão/Nisa e vice-versa);																					
	• Passagem a Caminho Municipal (CM) do Caminho Vicinal (CV), que liga Montalvão aos Moinhos Brancos (proposta do circuito turístico);	■																				
	• EM 526 – 2 – Repavimentação junto a Montalvão;	■																				
	• CM 525 – Revisão da pavimentação nos troços degradados;	■																				
	• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixo;	■																				
• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo de contentores;	■																					
Salavessa	• Projecto de recuperação e revitalização da antiga escola a espaço de convívio comunitário;	■																				
	• Aumento e melhoria na rede de iluminação pública;	■																				
	• Conclusão da estrada Pé da Serra / Salavessa (alargamento);	■																				
	• Reforço da rede de esgotos;																					
	• Recuperação e marcação do património arqueológico existente no aglomerado;		■																			
	• Melhoria e conservação da sinalização de estradas e da povoação;			■																		
	• Impõe-se a procura de novas fontes de captação de água as quais poderão passar pela construção da já referida barragem do Ribeiro do Fivelo;																					
	• Rever o tratamento das actuais captações;																					
	• Passagem a CM (Caminho Municipal) do CV (Caminho Vicinal) junto à margem esquerda do Rio Tejo, que liga Salavessa às Portas de Rodão, com continuação até ao Monte do Arneiro, passando pelo "Conhal";																					
	• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixo;	■																				
• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo.	■																					

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO													
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNICIO	NÃO ÍNICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado				
Monte do Arneiro	• Conclusão da construção do cais de acesso ao Rio Tejo (desportos náuticos, pesca, etc.);																				
	• Construção do Centro Social de Santana;																				
	• Elaboração de um plano de pavimentação e calcetamento de ruas e passeios;																				
	• Conservação e melhoria da sinalização de estradas e povoações;																				
	• Construção, melhoria e electrificação de caminhos rurais;																				
	• EM 527 – Manutenção das actuais características. No cruzamento com EN 18 existe o Caminho Vicinal (CV) de acesso à Serra de S. Miguel, o qual precisa de ser reformulado (circuito turístico proposto);																				
	• Passagem a Caminho Municipal (CM) do Caminho Vicinal (CV) ao longo da margem esquerda do Rio Tejo até Salavessa, com passagem pelo “Conhal” e Portas de Rodão (circuito turístico proposto);																				
	• EM 544 – Execução do 2º troço, com a respectiva obra de arte sobre a Ribeira de Nisa (ligação de Santana a S. Matias e a integrar o circuito turístico);																				
	• Implementação da recolha selectiva de lixo;																				
	• Construção de plataforma de lavagem de contentores;																				
	• Elaboração de estudo para novas captações de água potável, fontes de abastecimento que possam solucionar o problema de escassez de água na freguesia;																				
	• Completar a rede de escoamento e tratamento de esgotos existentes;																				
	• Aumento e melhoria da rede de iluminação pública;																				
	• Arranjo de largos / espaços urbanos;																				
	• Criação de circuitos pedonais nos locais de interesse paisagístico;																				
• Beneficiação do cemitério																					
• Criação de um sistema de sinalização turística de aglomerado.																					
Pardo e Monte	• Elaboração de um plano para a pavimentação de ruas																				
	• Reforço da rede de abastecimento de água e melhoria do tratamento (desinfecção bacteriológica)																				
	• Reforço da rede de tratamento de esgotos																				
	• Construção melhoria e electrificação de caminhos rurais																				
	• Recolha selectiva e tratamento de lixo																				

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO												
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNICIO	NÃO ÍNICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado			
Velada	• Elaboração de um plano de pavimentação de ruas;																			
	• Construção, melhoria e electrificação de caminhos rurais;																			
	• EM 544 – Rectificação da inserção na EN 18. Execução do 2º troço com a respectiva obra de arte sobre a Ribeira de Nisa (ligação de S. Matias a Santana);																			
	• CM – Alteração do traçado em planta na ligação à EM 544, numa circular externa à povoação de Velada (proposta do circuito turístico);																			
	• Procura de novas captações, fontes de abastecimento, que procurem solucionar o problema do abastecimento público de água;																			
Falagueira Monte Claro	• Construção da E.T.A.R. / Fossa Séptica – melhora do sistema de esgotos;																			
	• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixos;																			
	• Arranjo dos largos / espaços urbanos;																			
	• Elaboração de um estudo técnico com o fim de melhorar a qualidade da água (na impossibilidade, procurar novas fontes de captação);																			
	• Elaboração de um plano de pavimentação de ruas;																			
	• Construção, melhoria e electrificação de caminhos rurais;																			
	• Recolha de lixo selectiva;																			
	• Diminuição da periodicidade de recolha de lixo e acréscimo de contentores;																			
	• Reforço da rede e tratamento de esgotos. As trincheiras filtrantes têm um funcionamento deficiente . Há necessidade de se proceder à criação de um plano de revisão;																			
	• Construção do centro de Dia;																			
Cacheiro	• Melhoria e electrificação dos caminhos rurais;																			
	• Reforço da rede de abastecimento de água e elaboração de um estudo que tenha por fim a melhoria da qualidade da água potável;																			
	• Elaboração de um plano que vise a pavimentação de ruas;																			
	• EM 546 – Passagem a CM (Caminho Municipal), dando-lhe características correspondentes a tal. Necessidade de execução de obra de arte por cima da Ribeira do Figueiró, que liga o CM 1176 ao CM 1002;																			
	• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixos;																			
Chão Velha	• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo.																			
	• Recuperação da bela capela existente, incluindo-a em eventual circuito de visita turística a Chão da Velha, caso se venha a manter e dinamizar a prestação de serviços ligados ao lazer que se verifica desde há dois anos neste aglomerado;																			
	• Conclusão do projecto e das obras de distribuição de água ao domicílio;																			
	• Construção e conclusão da rede de esgotos;																			
Monte Matos	• Melhoria dos existentes e construção de novos muros nos caminhos municipais;																			
	• Melhoria da acessibilidade (à sede do concelho);																			
Chão Velha	• Melhoria, electrificação e construção de muros nos Caminhos Municipais;																			
	• Classificar em CM (Caminho Municipal) o CV ( Caminho Vicinal) que liga o CM1001 à Central da Velada, dando-lhe as características correspondentes (pertence ao circuito turístico proposto), e construção de acesso ao Rio Tejo (prática de desportos náuticos, passeios no rio, etc.);																			
Monte Matos	• Reforço das infraestruturas;																			
	• Implementação da recolha selectiva do lixo;																			

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO											
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNICIO	NÃO ÍNCIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado		
Pé da Serra	• Apoio à construção do edifício / sede da associação " Ao Amigos do Pé da Serra";																		
	• Ampliação do recinto da Festa de São Simão;																		
	• EM 526 – Conclusão das obras de beneficiação da estrada de Nisa e Salavessa, pelo Pé da Serra;																		
	• CM 1005 – Melhoramento das actuais características (alargamento);																		
	• Conclusão da EM 526-1 Vinagra;																		
	• Elaboração de um plano para calcetamento de ruas;																		
Pé da Serra	• Procura de novas fontes de captação de água (eventualmente a Ribeira de Fivel) e melhoria do tratamento da que actualmente abastece o aglomerado;																		
	• Construção, melhoria e electrificação de caminhos rurais;																		
	• Reforço da rede e tratamento de esgotos																		
Vinagra	• Implementação de infraestruturas;																		
	• Electrificação do aglomerado;																		

AGLOMERADOS	OBJECTIVO / ACÇÃO	FASE DA ACÇÃO						LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO													
		CONCLUÍDO	EM CURSO	EM ÍNICIO	NÃO ÍNICIADO	ABANDONADO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	1. Promover condições que assegurem a fixação da população.	2ª- Incentivar o apoio à criação de emprego e valorização sócio-profissional do concelho	3ª. Desenvolver e consolidar as bases económicas do concelho	4ª- Valorização multifuncional do aproveitamento florestal	5ª – Promover a defesa e o aproveitamento integrado dos valores/recursos culturais do património natural, ambiental, paisagístico e histórico	6ª- Promover as potencialidades do concelho no âmbito do artesanato e do turismo integrado	7ª- Complementar o quadro programado de implementação de infraestruturas básicas	8ª – Assegurar que o desenvolvimento do concelho se faça de forma articulada com o desenvolvimento global da região Alentejo e regiões transfronteiriças, atenuando as assimetrias	9ª – Promover a reestruturação/reequilíbrio da rede urbana	10ª – Implementação do Plano Director Municipal, como instrumento institucional de planeamento, imprescindível ao processo de desenvolvimento integrado				
Tolosa	• Criação de uma zona industrial para instalação e reestruturação das unidades de fabrico de queijo e enchidos;																				
	• Conclusão das obras de pavimentação do Bairro Lúcia Enes de Oliveira;																				
	• Conclusão do troço do IP2 que contorna a povoação;																				
	• Beneficiação da EN 118 – Travessia de Tolosa;																				
	• CM 1101 – Passagem a CV (Caminho Vicinal), dando satisfação ao trânsito agrícola;																				
	• Construção do Polidesportivo de Tolosa;																				
	• Arranjo dos balneários do campo de jogos do G. D. da Sociedade Filarmónica de Tolosa e beneficiação de outros equip. desp.;																				
	• Projecto para a construção de habitação social (urbanização a construir);																				
	• Alargamento da política de venda de lotes infraestruturados a preços controlados à Freguesia;																				
	• Programa de recuperação de construção clandestina;																				
	• Conclusão da substituição da conduta adutora proveniente de São Gens;																				
	• Renovação da Estação de Tratamento de águas (E.T.A.) e reforço de caudais;																				
	• Vedação das captações de São Gens e renovação da rede de distribuição;																				
	• Construção e ampliação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (E.T.A.R.);																				
	• Tornar o sistema separativo;																				
	• Execução da rede de drenagem e tratamento de esgotos industriais na zona de Actividades Económicas (Z.A.E.) prevista;																				
	• Arranjo de largos / espaços urbanos;																				
	• Manutenção dos espaços verdes existentes e criação de novos, com plantação de árvores;																				
	• Criação de incentivos à recuperação de imóveis e à fixação da população;																				
	• Implementação da recolha selectiva e tratamento de lixos;																				
• Diminuição da periodicidade da recolha de lixo e acréscimo de contentores;																					
• Reforço e melhoria da rede de iluminação pública;																					
• Aquisição de contentores e restantes equipamentos necessário para o implemento da recolha de entulhos provenientes de obras de construção civil, lixos industriais, etc..																					
• Execução de Plano de Urbanização																					

Faz-se também a análise da edificabilidade durante o prazo de vigência do PDM, com base no registo de entrada nos serviços municipais, de processos para licenciamento.

A informação de base abrange os anos de 1994 e seguintes até Maio deste ano. Atendendo a que 2008 não está concluído, utilizaram-se os dados relativos a este ano apenas para aferição de algumas das questões detectadas.

O conjunto de problemas identificados prendem-se, em parte, com as condições de edificabilidade no concelho mas referem-se, também, a formas e procedimentos utilizados na aplicação do PDM. A qualidade do serviço prestado pela Autarquia na relação com os particulares influi – mais do que poderá parecer – nas decisões que estes tomam sobre a ocupação e utilização do seu património.

## Evolução Global

**Tabela 1 - Processos entrados por freguesia e por ano (1994-2008)**

ANO	ALPALHÃO		AMIEIRA		AREZ		NISA		MONTALVÃO		SANTANA		S. MATIAS		S. SIMÃO		TOLOSA		T	A	B
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
1994	26	20,8	2	1,6	3	2,4	60	48,0	9	7,2	3	2,4	7	5,6	6	4,8	9	48,0	125		
1995	19	7,1	19	7,1	11	4,1	155	58,3	18	6,8	8	3,0	13	4,9	13	4,9	10	58,3	266	112,80	100,00
1996	31	11,0	38	13,4	8	2,8	116	41,0	24	8,5	13	4,6	24	8,5	11	3,9	18	41,0	283	6,39	6,39
1997	39	15,5	20	8,0	11	4,4	92	36,7	19	7,6	15	6,0	21	8,4	12	4,8	22	36,7	251	-11,31	-5,64
1998	38	12,4	26	8,5	12	3,9	121	39,4	30	9,8	22	7,2	19	6,2	13	4,2	26	39,4	307	22,31	15,41
1999	24	10,7	24	10,7	4	1,8	80	35,7	29	12,9	9	4,0	22	9,8	6	2,7	26	35,7	224	-27,04	-15,79
2000	37	17,5	16	7,5	7	3,3	81	38,2	19	9,0	10	4,7	12	5,7	11	5,2	19	38,2	212	-5,36	-20,30
2001	32	16,7	20	10,4	10	5,2	68	35,4	20	10,4	12	6,3	8	4,2	5	2,6	17	35,4	192	-9,43	-27,82
2002	34	17,0	16	8,0	10	5,0	84	42,0	15	7,5	6	3,0	10	5,0	4	2,0	21	42,0	200	4,17	-24,81
2003	21	15,8	15	11,3	4	3,0	53	39,8	13	9,8	6	4,5	5	3,8	5	3,8	11	39,8	133	-33,50	-50,00
2004	23	15,1	6	3,9	5	3,3	59	38,8	14	9,2	11	7,2	8	5,3	9	5,9	17	38,8	152	14,29	-42,86
2005	20	15,7	6	4,7	5	3,9	63	49,6	8	6,3	5	3,9	7	5,5	2	1,6	11	49,6	127	-16,45	-52,26
2006	18	18,8	10	10,4	2	2,1	44	45,8	4	4,2	3	3,1	4	4,2	3	3,1	8	45,8	96	-24,41	-63,91
2007	32	26,7	9	7,5	3	2,5	50	41,7	5	4,2	3	2,5	3	2,5	2	1,7	13	41,7	120	25,00	-54,89
2008	6	20,0	5	16,7	2	6,7	9	30,0	2	6,7	0	0,0	2	6,7	1	3,3	3	30,0	30	-75,00	-88,72

A – Variação em relação ao ano anterior

B – Variação em relação ao ano de 1995 (ano após a entrada em vigor do PDM de Nisa)

A análise da edificabilidade no concelho, em termos globais, evidencia variações que se prendem, segundo pareceres, com fases particulares do passado próximo. Importa “corrigir”



o valor correspondente ao ano de 1995 (total concelhio e freguesias do Espírito Santo e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Graça) dado se ter verificado, nesse ano, a entrada de 60 processos referentes a garagens a construir em dois loteamentos, processos esses da iniciativa do construtor. Este facto não é comum no concelho pelo que não foram considerados a fim de não empolar e distorcer o movimento relativo a 1995.

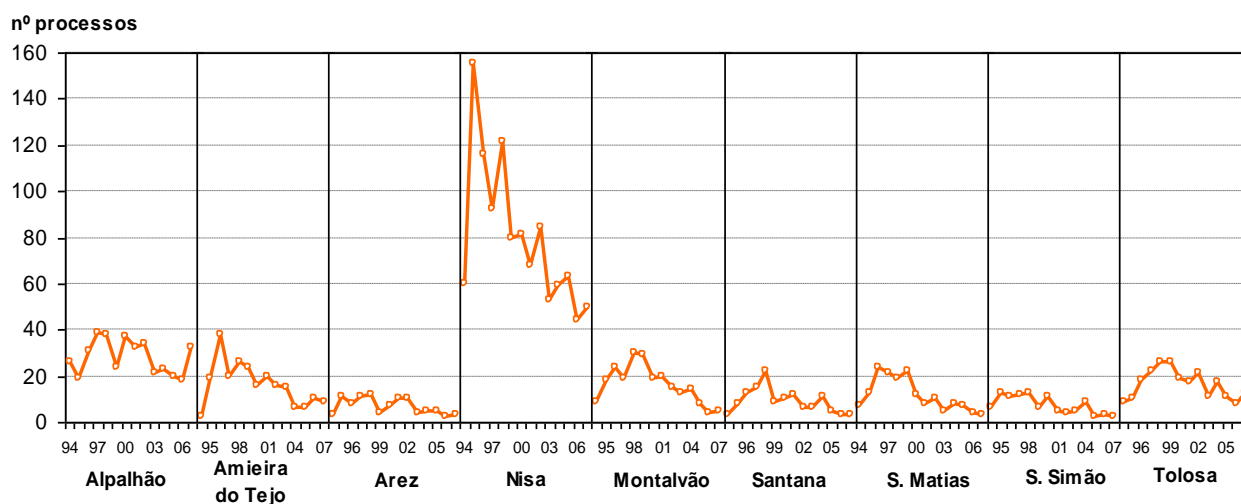
A análise do Quadro 10 – Processos entrados por freguesias e por anos (1994-2008) permite verificar:

- um reduzido número de processos, em termos relativos, em 1994, facto que se justifica pela perspectiva de entrada em vigor do PDM e consequentes expectativas que isso poderá ter criado na iniciativa privada;
- um substancial aumento do volume de processos nos anos seguintes que corresponde uma natural “descompressão”; o crescimento verificado entre 1995 e 1996, pode considerar-se normal;
- uma redução do volume de processos em 1997, questão que poderá estar relacionada com perturbações municipais no processo de licenciamento que terão provocado uma certa retracção nos particulares;
- os dados relativos a 1998 verificaram um aumento do número de processos, na sequência do referido anteriormente;
- a partir de 1998 verifica-se um decréscimo no número de processos, decréscimo esse que se mantém até hoje;
- de referir que o concelho de Nisa é reflexo da tendência verifica por todo o país neste período, verificando-se um decréscimo acentuado ao nível da obras particulares;
- neste período de tempo surgem ainda dois factores com alguma relevância. O primeiro prende-se com o facto de ter havido uma alteração na legislação referente às obras particulares (entrada em vigor do Decreto-Lei n.º177/2001), que vem permitir aligeirar uma série de procedimentos. O outro factor prende-se com a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU) que define uma série de obras que poderão ser executadas ao abrigo da figura da então “Comunicação Prévia” (não incluídas no quadro);

Comunicações Prévias de 2004 a 2008, de referir que as comunicações Prévias em 2008 são referentes ao 1<sup>o</sup> trimestre.

2004	2005	2006	2007	2008
79	99	136	174	16

A evolução global não se processou de igual forma em todas as freguesias. O gráfico seguinte permite avaliar as diferenças de comportamento registadas entre 1994 e 2008.



**Gráfico 1: Evolução do numero de processos por freguesia de 1994 a 2008**

A primeira constatação refere-se, naturalmente, ao volume de processos relativos à vila de Nisa (freguesias do Espírito Santo e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Graça) o que demonstra a tendência, comum em zonas como o concelho de Nisa, para a urbanização e concentração nas sedes de concelho. Estas freguesias influenciam decisivamente o comportamento verificado no concelho e sofrem, logicamente, o mesmo tipo de variações ao longo dos anos.

No que respeita às restantes:

- regista-se uma tendência geral de crescimento e evolução positiva de processos nas freguesias até ao ano 2000 com o pico em 1998. Depois do ano 2000 a tendência começa a decrescer, e afecta a totalidade das freguesias.
- as freguesias de S. Simão e Arez apresentam para a totalidade dos anos em análise os registos mais baixos e um menor numero de processos. Como tal, as oscilações são sempre reduzidas, confirmando uma tendência de baixo dinamismo.
- as freguesias de Alpalhão e Amieira do Tejo apresentam registos elevados até 1999, para depois Alpalhão registar oscilações e recuperações para em 2007 apresentar uma tendência de crescimento, enquanto que Amieira do Tejo tem vindo a apresentar sucessivas quebras no numero de processos.
- Tolosa é uma freguesia que apresenta um registo contínuo com poucas oscilações, contudo com uma tendência decrescente.

De referir que a partir de 2004 o volume das então designadas “Comunicações Prévias”, tem vindo a crescer de uma forma acentuada até 2007, o que de alguma forma contrapõe com a descida generalizada dos processos de obras. Esta situação parece inverter-se em 2008, devido à entrada em vigor de nova legislação.

### Tipologia de processos

A análise efectuada até agora reporta-se a totais anuais. Neste ponto aprofundar-se-á a análise quanto ao tipo de obra a que se referem os processos – construção nova ou remodelação/ampliação. Os gráficos seguintes permitem visualizar a relação entre uma e outra das categorias consideradas.

Verifica-se que:

- os processos de remodelação/ampliação têm muito maior expressão no concelho ou seja, numa primeira análise, o parque edificado está a ser recuperado e modernizado.
- O volume de novas construções, em termos concelhios, tem vindo a diminuir gradualmente. Sendo as freguesias de Espírito Santo e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Graça responsáveis pelo maior volume de obras no concelho a redução é, ai, particularmente sensível. Esta diminuição justifica-se, também, pelo volume de processos relativos aos loteamentos de iniciativa municipal que foram apresentados em 1994 e 1995.

Ao analisar o gráfico de cada freguesia, podemos constatar que:

- não se constroem novos edifícios na generalidade das freguesias rurais: o número de processos é nulo ou pouco significativo
- regista-se alguma construção nova nas freguesias de Alpalhão e Tolosa (para além das freguesias que constituem a sede de concelho), sendo que na primeira tem vindo a diminuir enquanto que na Segunda tem sofrido pequenos acréscimos.

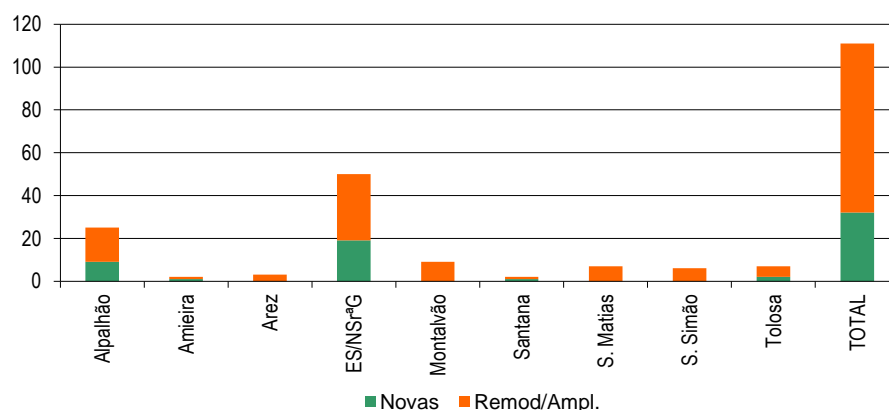


Gráfico 2 - Tipologia de processos - 1994

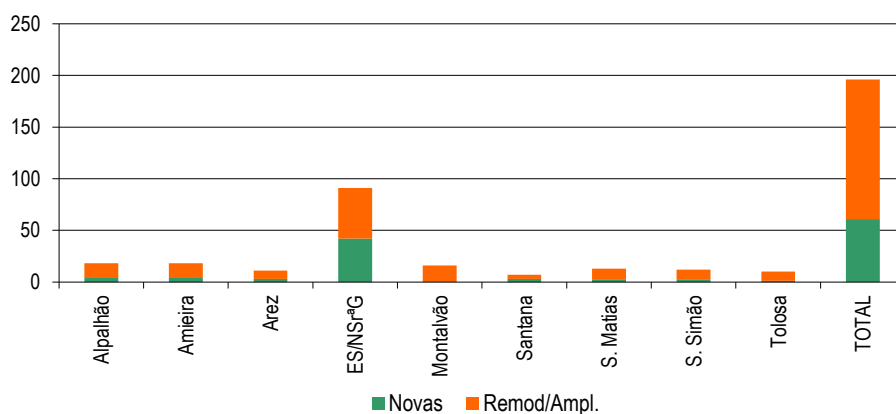


Gráfico 3 - Tipologia de processos - 1995

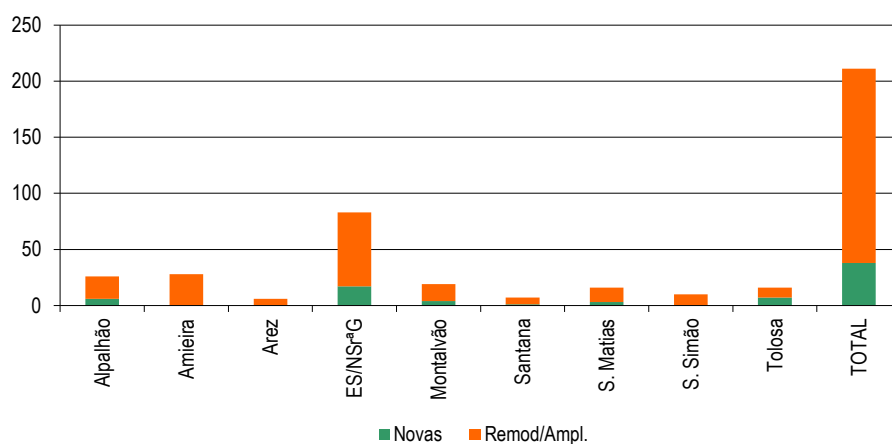


Gráfico 4 - Tipologia de processos - 1996

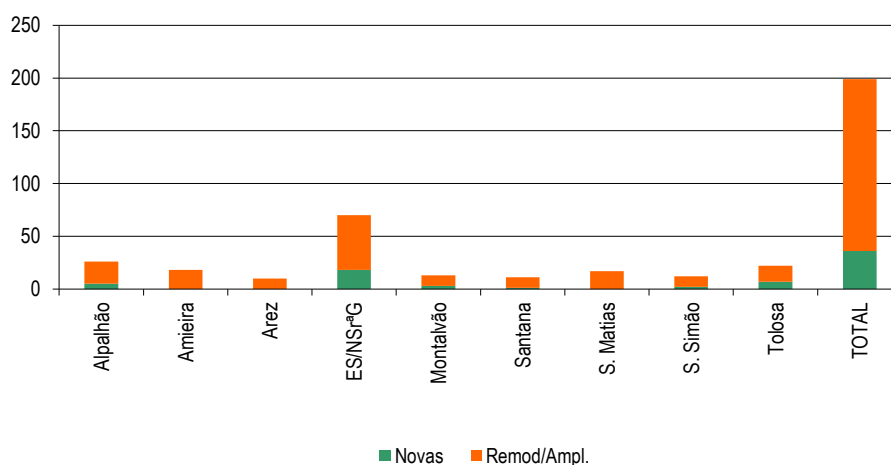


Gráfico 5 - Tipologia de processos - 1997

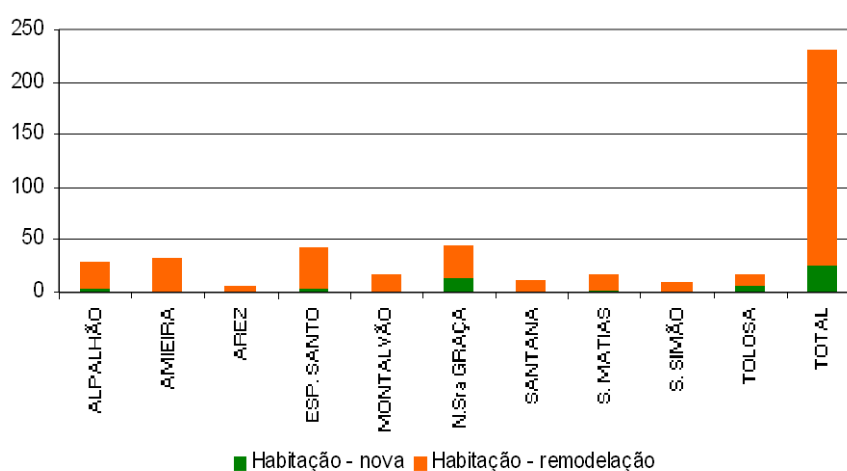


Gráfico 6 - Tipologia de processos - 2006

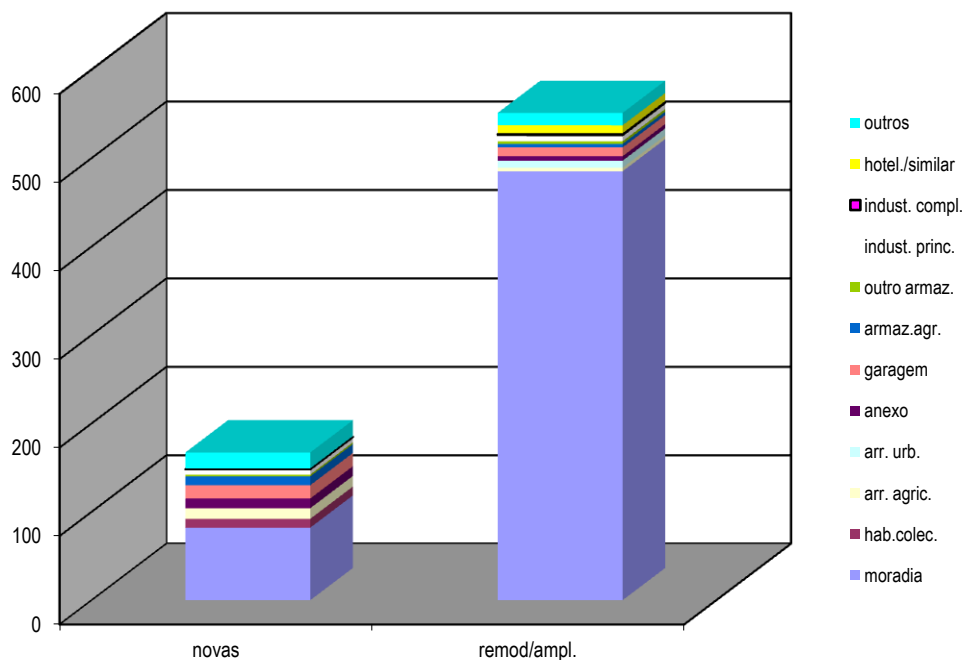
### Tipologia de construções

O gráfico seguinte permite visualizar a incidência dos processos de construção nova de remodelação e ampliação por tipo de utilização.

A falta de registos não nos permite ter a mesma informação ao longo de todo o intervalo temporal de vigência do PDM. Assim apresentam-se gráficos com interpretação de dados recolhidos para o intervalo de 1994 a 1997 e para o ano de 2006.

Verifica-se que:

- as remodelações/ampliações incidem maioritariamente em moradias;
- a incidência da construção nova é mais diversificada embora se mantenha o maior peso da habitação individual ; registam-se aqui, também, valores expressivos de construção de *arrecadações agrícolas, anexos e garagens*, para além de *outros*.



**Gráfico 7 - Tipologia das construções (1994-1997)**

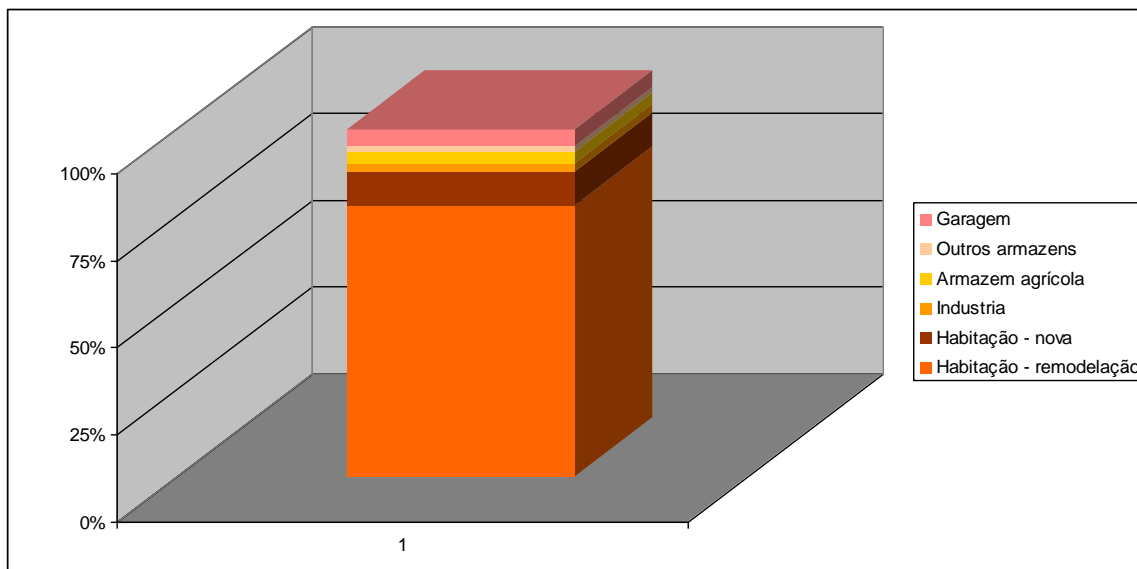


Gráfico 8 - Tipologia das construções (2006)

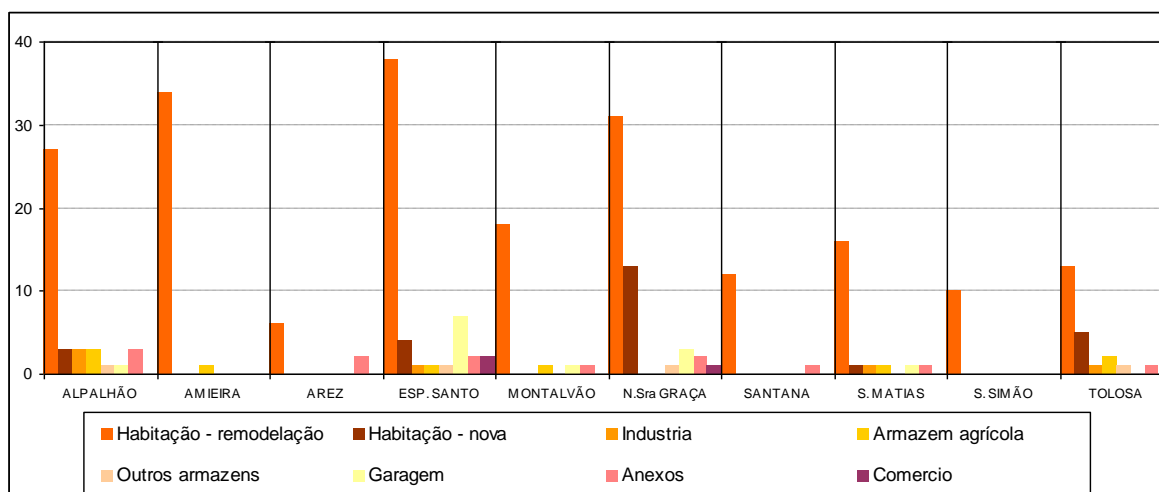


Gráfico 9 - Tipologia das construções por Freguesias (2006)

- a evolução da edificabilidade nas freguesias de Arez, S. Simão e, mais recentemente, S. Matias justifica uma atenção particular sob uma perspectiva de desenvolvimento local e concelhio. A estagnação e imobilismo da iniciativa privada, neste âmbito, prende-se com a ausência de capacidade económica (ausência de actividades), com a reduzida área de expansão e com a diminuição acentuada dos habitantes.

- as freguesias de Arez, Montalvão, Monte Claro e Pé da Serra evidenciam uma estagnação, o que implica uma reflexão sobre as perspectivas de desenvolvimento económico e social local, as implicações no desenvolvimento urbano e uma análise da adequabilidade dos perímetros urbanos definidos e respectiva regulamentação.

De salientar que não existem mecanismos de recolha e tratamento de dados que permitam uma avaliação constante da execução do Plano uma vez que não foi implementada uma estrutura de acompanhamento e avaliação.

### 3 Enquadramento Geográfico

O Município de Nisa é um dos quinze Municípios que constituem a Sub-região do Alto Alentejo, situando-se no extremo Norte desta Sub-região. Recorrendo à divisão administrativa por distritos, vemo-lo incluído no Distrito de Portalegre. Como município do interior do país, apresenta tendências e valores típicos que caracterizam a maioria dos municípios que se encontram nesta posição.

Apesar da sua localização no território entre o Alto Alentejo e a Beira Baixa, reforçada no quadro dos recentes investimentos em infra-estruturas rodoviárias (IP2 e A23) por um lado, e a proximidade a áreas dinâmicas em termos de criação de emprego (Castelo Branco, Portalegre e Abrantes) por outro, não tem motivado a fixação de população e a criação de emprego que possam de alguma forma levar este Município a reassumir a importância regional que teve no passado.

As características associadas ao quadro natural, traduzem-se numa paisagem agro-silvo pastoril que se assume como um recurso estratégico fundamental, contexto que permite de alguma forma entender a importância que as actividades tradicionais e a agricultura têm desempenhado neste Município.

Os valores recentes indicam um aumento constante de emprego no sector terciário de 51,2% em 1991 para 63,5% em 2001 e para 72,6% em 2011, enquanto o emprego no sector secundário diminui de 29,3% (1991) e de 27,9% (2001) para 21,5% em 2011. A perda mais



relevante aconteceu no sector primário, com 19,5% dos empregos em 1991, 8,6% em 2001 e apenas 5,0% em 2011.

A tradicional atividade agro-silvo pastoril, de que se destaca a produção do queijo de Nisa, do azeite e da cortiça, assumem importância local os empregos no ramo da indústria de minerais não metálicos, nomeadamente no granito de Nisa.

Por outro lado, a riqueza do património natural associada à paisagem agreste, trabalhada pelas ribeiras, com formas de relevo imponentes, acresce também um património histórico-cultural rico e variado, relacionado, entre outros, com o papel que este território assumiu no contexto da defesa fronteiriça e da formação da nação portuguesa, assim como nos inúmeros vestígios de ocupação pré-histórica e romana, de que são exemplo os múltiplos achados existentes no município, e que devem motivar a definição de estratégias de desenvolvimento que de forma integrada possam tirar partido deste capital territorial de recursos e activos específicos e o aparecimento de actividades ligadas ao turismo e, desta forma, atrair visitantes que cada vez mais procuram características únicas de paisagem, de calma, de contacto com a natureza e que de alguma forma possam ser alternativa ao “turismo de sol e praia” da costa litoral.

O Município de Nisa, com uma área de 575 Km<sup>2</sup>, tem o seu território municipal subdividido administrativamente em dez freguesias (Alpalhão, Amieira do Tejo, Arez, Espírito Santo, Montalvão, Nossa Senhora da Graça, Santana, São Matias, São Simão e Tolosa) e uma população residente em 2011 de 7450 habitantes, localiza-se na região Norte Alentejo, e na fachada raiana fronteiriça entre Portugal e Espanha.

O município de Nisa faz fronteira a Sul com o Crato, a Oeste com o Gavião, a Noroeste com Mação, a Norte Proença-a-Nova e Vila Velha do Ródão, a Este tem como vizinho o Município de Castelo de Vide e a província espanhola de Cáceres da Comunidade Independente da Extremadura. Neste enquadramento geográfico, é morfologicamente constituído por um conjunto de unidades de paisagem diversificada, determinadas por factores de natureza geológica, morfológica e estrutural, bem como pela dinâmica e evolução do Rio Tejo, do Rio Sever e de algumas importantes ribeiras.

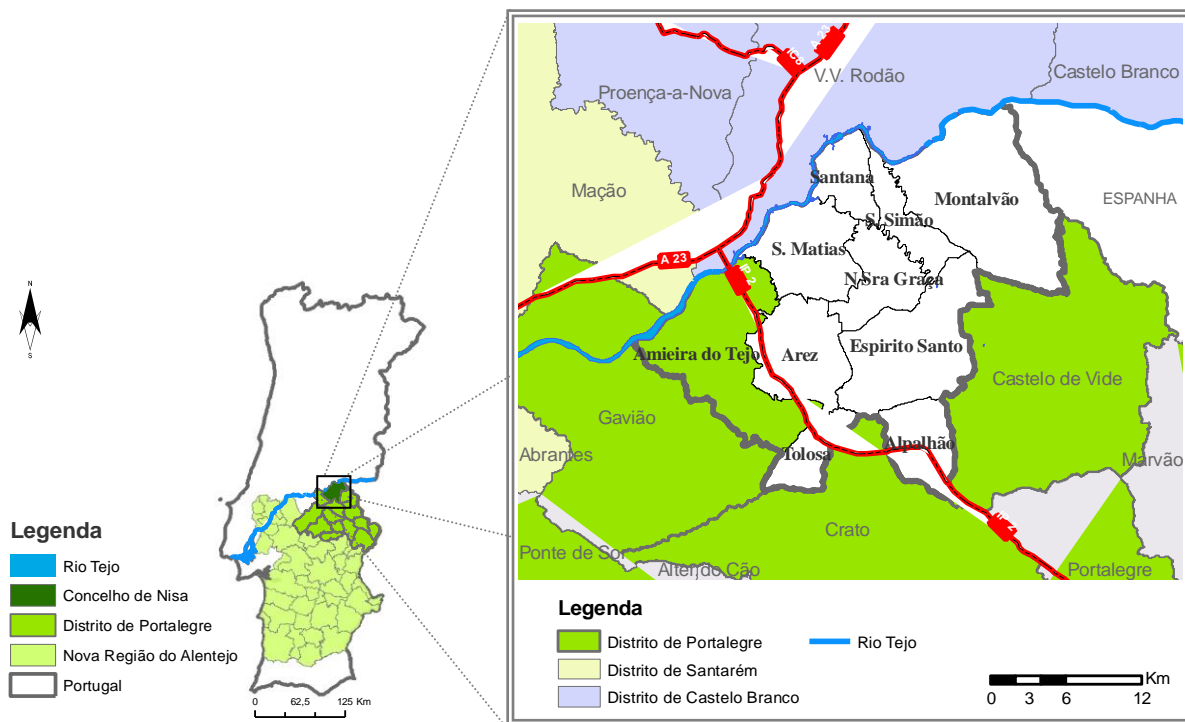


Ilustração 1 - Localização do Município de Nisa e identificação das freguesias

## 4 Enquadramento Estratégico

### 4.1 À escala nacional e regional

São várias as estratégias políticas já estabelecidas, abordaremos apenas as principais e de cariz actual, mais directamente envolvidas e consideradas na revisão do PDM de Nisa:

O **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** como documento de base da gestão territorial que é, identifica os grandes problemas que o país enfrenta relativamente ao ordenamento do território, apresenta orientações estratégicas para as sub-regiões do continente, e por fim, mostra a visão estratégica e o modelo territorial, orientadores da política de ordenamento do território até 2025, tentando assim imprimir ao país uma linha de rumo que se sintetiza em seis objectivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente. Cada um destes objectivos integra uma série de objectivos específicos, para os quais são definidas medidas prioritárias de acção, que se traduzem nas formas e caminhos mais concretos de realização dos objectivos, todos esses elementos serão considerados com uma linha de orientação a seguir na revisão do PDM de Nisa.

O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** é definido como o “documento de direcção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiam a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013”.

As prioridades estratégicas nacionais subjacentes à definição do QREN são:

- A promoção da qualificação dos recursos humanos;
- A promoção do crescimento sustentado;
- A garantia da coesão social;
- A promoção da qualificação do território e das cidades;
- O aumento da eficiência da governação.

**Tabela 2 - estrutura organizacional das prioridades estratégicas do QREN**

Agendas Operacionais Temáticas	Vertentes de Intervenção
Agenda Operacional para o Potencial Humano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação inicial</li> <li>• Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida</li> <li>• Gestão e Aperfeiçoamento Profissional</li> <li>• Formação Avançada para a Competitividade</li> <li>• Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa</li> <li>• Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social</li> <li>• A Promoção da Igualdade de Género</li> </ul>
Agenda Operacional para os Factores de Competitividade de Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico</li> <li>• Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização</li> <li>• Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação</li> <li>• As Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto</li> <li>• As Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial</li> <li>• Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação</li> <li>• Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional</li> <li>• Promoção de Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios Menos Competitivos</li> </ul>
Agenda Operacional para a Valorização do Território	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade</li> <li>• Protecção e Valorização do Ambiente</li> <li>• Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos</li> <li>• Política de Cidades</li> <li>• Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Social e Territorial</li> </ul>

No entanto há a referir que o QREN está numa fase de finalização, não existindo ainda linhas concretas quanto à orientação do novo Quadro Estratégico Comunitário (QEC), nem a definição clara dos programas e medidas a serem contemplados, sobretudo a nível regional, que possam ser referidas.

Em complemento das Agendas Operacionais Temáticas, surgem os Programas Operacionais Regionais do continente, relativos a NUTS II (no nosso caso POR Alentejo), que são estruturados tematicamente de forma a assegurar, à escala regional, as prioridades relativas às agendas.

A nível regional, as orientações estratégicas vêm basicamente do **Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo** (PROT-Alentejo), por ser o documento que desenvolve todos os elementos fundamentais do quadro de referência estratégico e do modelo territorial, apresentando as opções estratégicas de base territorial, em três grandes grupos:

- Estruturas ambientais
- Base económica regional
- Sistema urbano e povoamento

Destaque ainda para a proposta de Unidades Territoriais, que este documento estabelece, para fins de gestão de uso do solo e de utilização dos recursos naturais, integrando Nisa em duas dessas unidades, a unidade 1 - Charneca do Tejo e a unidade 3 - Serra de S. Mamede e Terras de Nisa.

As orientações genéricas da primeira unidade apontam para as seguintes explorações, floresta, cinegética e pastorícia, por se tratar de um território com aptidão dominante para a produção florestal, devendo ser reintroduzida alguma diversidade com a ocupação agro – pecuária dos vales e variedade do coberto arbóreo.

Quanto à unidade 3, as orientações genéricas para o ordenamento e gestão dessas áreas devem ser as previstas no Plano de Ordenamento do Parque Natural no que respeita à conservação da natureza, porém Nisa não tem qualquer área integrada no Parque Natural. São ainda orientações estratégicas a manutenção dos usos rurais tradicionais, a protecção dos recursos aquíferos e o aproveitamento do potencial de turismo verde e de recreio.

Ainda em matéria de planeamento regional, o **Plano Regional de Ordenamento Florestal** do Alto Alentejo (PROF-AA), como instrumento sectorial de gestão territorial que é, torna pertinente a sua referência neste documento, tendo em conta que estabelece as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais.

O PROF subdivide-se nas quatro regiões do Alentejo – Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo – e apresenta um diagnóstico da situação actual de cada região, com base numa ampla recolha de informação necessária ao planeamento florestal e efectua uma análise estratégica que permite definir objectivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e acções tendo em vista a prossecução de uma política coerente e eficaz, bem como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura, aplicáveis a povoamentos-tipo.

Por sua vez, no PROF-AA foram definidas unidades de paisagem sob a forma de sub-regiões homogéneas, para as quais foram definidas propostas síntese de funcionalidades e aptidões. Consequentemente, avaliando as potencialidades e condicionantes dessas sub-regiões, estabelece uma hierarquização das funções e a estratégia de ordenamento a seguir.

É nesta orientação da política de ordenamento florestal, em que a revisão do PDM de Nisa se vai enquadrar, considerando as três sub-regiões em que o município se integra: 53% na sub-região homogénea Tejo Superior, 32% na sub-região homogénea Serra de S. Mamede e 15% na sub-região homogénea Charnecas do Tejo e Sado.

Foram aqui referenciados apenas dois exemplos, a dois níveis de instrumentos e políticas de gestão territorial:

- Nível Nacional:
  - PNPOT
  - QREN
- Nível Regional:
  - PROT-Alentejo
  - PROF-AA (sectorial)

No entanto, na revisão do PDM de Nisa, serão ainda analisados e enquadrados os seguintes documentos da estratégia de ordenamento do território:

**a) estratégia e política de âmbito nacional:**

- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015
- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação
- Programa do XVII Governo
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
- Plano Nacional da Água, desagregado nos PBH's
- Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta, desagregado nos PROF's

**b) estratégia e política de âmbito regional:**

- Planos Regionais de Ordenamento do Território
- PROF's (sectorial)
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (sectorial)
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000

**c) estratégia e política de âmbito municipal:**

- Actual Plano Director Municipal
- Agenda 21 Local de Nisa
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Nisa
- Proposta de Classificação das Portas de Ródão
- Outros planos de urbanização e de pormenor de Nisa

## 4.2 Estratégia de Desenvolvimento Concelho

O Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto CEFA-UP (área do Planeamento Estratégico e Urbanismo), desenvolveu, com uma ampla interacção/discussão com a equipa técnica e Direcção Política da Câmara Municipal de Nisa, as Linhas de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento do Concelho de Nisa, às quais são associadas as Políticas que abaixo apresentamos. Estas, por sua vez, irão dar enquadramento às acções e projectos.

**Tabela 3 – Linhas estratégicas e políticas de acção**

CONDIÇÃO ESTRUTURAL	POLITICAS
<p>A – MELHORAR A QUALIDADE URBANA E TERRITORIAL- Melhorar a qualidade urbana e territorial, favorecendo a articulação entre os três subsistemas identificados no território através das condições de mobilidade, reforçando o papel de Nisa no arco territorial Norte alentejano e, adequando o sistema de infra-estrutural às necessidades futuras com a introdução de novas tecnologias, tendo em vista a racionalização do sistema de infra-estruturas primárias (água, energia e tratamento de efluentes).</p>	<p>1.A Desenvolvimento das condições para o fermento de uma gestão integrada da requalificação do território</p> <p>2.A Melhoria da mobilidade urbana</p> <p>3.A Consolidação da complementaridade urbana intermunicipal e Regional</p> <p>4.A Desenvolvimento e inovação do sistema de infra-estruturas</p>
<p>B –REFORÇAR O EXERCICIO DA CIDADANIA E DA PARTICIPAÇÃO – Promover a participação dos cidadãos na decisão do futuro em articulação com os instrumentos de planeamento e gestão prospectivos, estabelecendo um Pacto territorial com actores locais para uma boa Governança.</p>	<p>1. B Apoio à organização de fóruns de debate que permitam dar expressão às aspirações dos cidadãos, e às iniciativas de associações e grupos de cidadãos com incidência no desenvolvimento económico, social e cultural</p> <p>2. B Criação de Programas de estímulo ao reforço das actividades Culturais, incluindo sobre a criação de públicos e formas de expressão artísticas</p> <p>3. B Criação de Programas de estímulo ao reforço das actividades Desportivas, desenvolvendo condições para a participação de todos, e em vários níveis de competição e múltiplas modalidades, com atenção particular pela preservação e difusão dos desportos tradicionais</p> <p>4. B Elaboração de um programa de Educação para o concelho, tendo em conta as dimensões física, social e educativa, integrando em rede as oportunidades geradas pelas novas competências municipais, articulando a gestão dos equipamentos, dinamizando a participação da comunidade e desenvolvendo uma educação para os valores identitários</p> <p>5. B Criação de programas de reforço de actividades no âmbito da Acção Social concelhia, que promovam as condições para a integração de todos</p>
<p>C– INSTALAR O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DO CONCELHO DE NISA – A qualidade dos recursos e valores locais implica, para a sua valorização, a criação de um Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação que desenvolva um processo de reconhecimento das qualidades de valor dos Valores Locais ( produtos da terra, floresta, artesanato e outros), e um processo de formação associado à Investigação e Inovação.</p>	<p>1. C Desenvolvimento de Programas de formação associados à investigação e inovação, e de visibilidade dos Valores Locais</p> <p>2. C Desenvolvimento de projectos-piloto para a produção de bens culturais criando oportunidades de fixação e de novas competências profissionais</p>

LINHAS ESTRATÉGICAS	POLÍTICAS
<p>1 – NISA TERRITÓRIO DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÓMICO E CULTURAL – Dotar o sistema urbano de funções que estimulem o desenvolvimento social, económico e cultural e, produzir novos bens culturais e novas competências profissionais.</p>	<p>1.1 Melhoria das condições de Assistência e Saúde, criando estruturas e equipamentos, e fomentar parcerias com associações e actores locais para o estabelecimento de um serviço de apoio Local</p> <p>2.1 Estimulo à criação de actividades económicas, nomeadamente as ligadas à cultura da terra e ao turismo do território, tendo em vista o aumento da oferta de oportunidades de fixação</p> <p>3.1 Reforço do nível de dotação de serviços e equipamentos e das polaridades urbanas</p> <p>4.1 Criação de novas estruturas e modalidades de valorização da oferta de bens culturais</p>
<p>2 - NISA, PAISAGEM PRODUTIVA E DA FRUIÇÃO – Desenvolver condições de uso da Paisagem na sua dimensão produtiva e ambiental valorizando os produtos autóctones e reabilitando a floresta, e potenciar a presença da Paisagem enquanto elemento de fruição, o valor da presença do Rio Tejo e do Sever no território assim como as condições de atractividade atribuíveis ao Geopark.</p>	<p>1.2 Valorização dos elementos que caracterizam a paisagem tradicional e das estruturas e infra-estruturas de apoio à produção rural tradicional</p> <p>2.2 Gestão integrada da paisagem em reforço das condições de produção e como processo de valorização e sustentabilidade do Sistema Ambiental</p> <p>3.2 Desenvolvimento de programas de fruição do Monumentos Naturais, geo-sítios Classificados e outros elementos de valor paisagístico e ambiental, como os que integram a Rede Natura.</p> <p>4.2 Desenvolvimento de projectos de qualificação de sítios e percursos, que permitam aumentar as condições de fruição da Paisagem</p>
<p>3 - NISA, TERRITÓRIO DA MEMÓRIA, DA CULTURA, DA SAÚDE, BEM ESTAR E LAZER – Valorizar as condições dos elementos da memória, história e cultura e promover as condições da oferta de receptividade, actuando sobre a composição da procura, e promover as singularidades do turismo da Natureza, Geo-turismo, Turismo termal, cultural e de “Slow life”.</p>	<p>1.3 Requalificação e valorização do património identitário de carácter natural, construído e simbólico</p> <p>2.3 Valorização do potencial terapêutico do Complexo Termal, prevendo a sua singularidade enquanto elemento de atractividade concelhio, dando atenção à sua integração Paisagística</p> <p>3.3 Coordenação de acções dos agentes culturais com as acções dos agentes do sistema turístico</p> <p>4.3 Implementação de um programa de “ Slow-life” ligado ao desfrute da Paisagem</p>
<p>4 – NISA, TERRITÓRIO EDA SINGULARIDADE E DA EXCELÊNCIA EMPRESARIAL E PRODUTIVA – Credibilizar a origem e o processo de produção agrícola, pecuária e de transformação agro-alimentar, favorecendo a inovação de processos produtivos e produtos de empresas consolidadas e, incentivar a fixação de empresas que orientem a sua actividade na</p>	<p>1.4 Promoção de estudo das qualidades de valor dos produtos da terra</p> <p>2.4 Estudo da identidade dos produtos da terra como resultantes de técnicas produtivas sustentadas pelas tradições geradas nas peculiaridades do território</p>



<p>base da investigação e inovação.</p>	<p>3.4 Fomento da inovação dos processos produtivos das empresas</p> <p>4.4 Desenvolver uma política de estudo e de ordenamento das características das actividades produtivas, dando especial atenção à valorização dos recursos Geológicos e Minerais do Concelho</p>
---	---

## 5 Estudos externos

Há a indicar os estudos elaborados externamente à equipa do plano são os seguintes:

- Estudo Urbanístico para os Núcleos Urbanos de Nisa - desenvolvido pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;
- Plano Estratégico - desenvolvido pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;
- Estudo de Ordenamento e Gestão Agroflorestal – elaborado pela empresa LoDo;
- Estudo dos Recursos Geológicos e Hidrogeológicos do Município de Nisa - elaborado mediante protocolo de colaboração com o LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia);
- Carta arqueológica do Concelho – desenvolvido pela empresa Universidade de Évora (1ª fase) e Archeoestudos (2ª fase)